

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PANDEMIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIRIO: REFLEXÕES ACERCA DOS CURSOS “PRÁTICAS ANTIRRACISTAS EM SAÚDE”

*Marta Cláudia da Silva de Oliveira*¹

Resumo: A extensão universitária com sua função de produção e socialização de conhecimento estimulando o protagonismo dos sujeitos e o movimento de curricularização, opõe-se à postura da Universidade detentora do saber. Em tempos de pandemia, com a necessidade de buscarmos novas formas de adaptação através do ensino remoto emergencial, o risco desta adaptação deixar de ser emergencial para se tornar definitiva como resposta ao avanço do neoliberalismo na educação e, mais especificamente, no ensino superior no Brasil, torna-se real. Uma extensão universitária que promova a prática profissional, a consciência social e o compromisso político, torna-se um espaço essencial de estágio em Serviço Social. Adaptando-se ao formato remoto, o Projeto de Extensão Luz, Câmera, Ação conseguiu contribuir para a democratização do conhecimento através de *webinários*. Sendo assim, este trabalho tem como objetivos trazer a reflexão sobre o significado da extensão universitária nas Universidades Públicas Brasileiras como também na formação profissional em Serviço Social.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Curricularização. Serviço Social. Estágio. Formação Profissional.

THE UNIVERSITY EXTENSION IN THE PANDEMIC IN THE SOCIAL SERVICE COURSE AT UNIRIO: REFLECTIONS ABOUT THE COURSES "ANTI-RACIST PRACTICES IN HEALTH"

Abstract: The university extension, with its function of production and socialization of knowledge, stimulating the protagonism of the subjects and the curricularization movement, opposes the position of the University that holds the knowledge. In times of pandemic, with the need to seek new forms of adaptation through emergency remote education, the risk of this adaptation no longer being an emergency and becoming definitive as a response to the advance of neoliberalism in education and, more specifically, in higher education in Brazil, becomes real. A university extension that promotes professional practice, social awareness and political commitment, becomes an essential space for internships in Social Work. Adapting to the remote format, the Light, Camera, Action Extension Project managed to contribute to the democratization of knowledge through webinars. Therefore, this work aims to bring a reflection on the meaning of university extension in Brazilian Public Universities as well as in professional training in Social Work.

Keywords: University Extension. Curriculum. Social Service. Internship. Professional Qualification.

A história da Universidade no Brasil, assim como a própria história do país, é marcada pelo colonialismo. Com a chegada da família imperial ao país, mais especificamente no que hoje conhecemos como o Estado do Rio de Janeiro, que foi a sede do governo português no país, a educação foi sendo moldada às novas demandas decorrentes dessa alteração em relação à corte.

Diante dessa nova situação, Batista e Kerbauy (2018), afirmam que as escolas superiores entregavam jovens da classe dominante, profissionais formados como produtos para exercerem os cargos burocráticos que haviam sido criados pelo aparelho estatal.

¹. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: marta75.oliveira@gmail.com.

Mas havia uma situação – aos olhos da elite – de facilidades para obtenção do grau superior, e isso a preocupava. A partir da reforma Eptácio Pessoa (1901), as escolas particulares tiveram condições facilitadas para se equiparar as oficiais em termos de funcionamento, e o acesso feminino aos cursos superiores também foi uma marca. Em grande medida, junto com esse crescimento e devido à disseminação das escolas superiores livres empreendidas por particulares, a elite via nisso uma facilidade de ingresso no ensino superior. [...]

Como se pode notar, desde bem cedo na nossa história da educação, o Ens. Superior já era um caminho para a reprodução da discriminação social. (BATISTA E KERBAUY, 2018, p. 921).

A primeira referência legal à extensão universitária no Brasil, foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, no primeiro ano da era Vargas, do ministro Francisco Campos que providenciou a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras. Mesmo sendo instituída legalmente na década de 1930, a extensão universitária só se torna obrigatória a partir de 1968, de acordo com a lei nº 5.540, no artigo 20, afirma: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, p. 1 apud DE MEDEIROS, 2017, p. 10).

A concepção da Universidade nesse momento era de cumprir um papel não apenas de instrução e formação de elite pensante, mas principalmente de ser um núcleo a partir do qual se difundissem ideologias. A extensão universitária também se configurou nesse momento como um veículo para esse propósito. (BATISTA; KERBAUY, 2018, p. 927).

Nos dias atuais, diante da aceleração do processo de precarização do ensino superior no Brasil, a extensão universitária, assim como o ensino e a pesquisa, tende a sofrer descaracterização da sua função original contida em sua conceituação, comprometendo a função social da universidade pública assim como a relação entre a universidade e a sociedade.

O terceiro Plano Nacional de Educação (2014-2024) ratifica a universalização da extensão universitária, mantendo os 10% de obrigatoriedade curricular e orientando sua integralização em programas e projetos em áreas de pertinência social, essa determinação “mobiliza e inspira todos os que defendem uma concepção de educação superior orientada para além da formação profissional” (IMPERATORE; PEDDE, 2016, p. 7).

Entendemos que a Extensão Universitária deve ser a porta de entrada dos diferentes problemas que atingem a população, problemas que anteriormente ficavam fora das discussões acadêmicas e que, neste contexto, fortalecem a reflexão crítica da realidade e a relação dos saberes científicos e da experiência para o empoderamento dos sujeitos. Desse modo, a Curricularização da Extensão propiciará uma formação integrada com o ensino e a pesquisa reafirmando a Extensão Universitária como uma ferramenta transformadora que materializa o compromisso ético e solidário da universidade pública brasileira. (ANDRADE; MOROSINI; WIEBUSCH, 2018, p. 6,7).

A extensão universitária na pandemia no curso de Serviço Social da UNIRIO

Desde o início da pandemia² no ano de 2020, houve uma reformulação na forma e no conteúdo do estágio em Serviço Social realizado pela Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UNIRIO, visando a integridade física das (os) discentes e seguindo as orientações e normativas das principais entidades representativas do Serviço Social brasileiro: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS RJ), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A Coordenação de Estágio é o setor da Escola de Serviço Social responsável pela execução da Política de Estágio Curricular Supervisionado, com base na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (1996). A Coordenação de Estágio tem como objetivo principal promover a formação profissional a partir da aproximação do estudante com o exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais aos quais a/o Assistente Social está vinculada/o. (Coordenação de Estágio/ESS-UNIRIO, 2020).

De acordo com a Política Nacional de Estágio (2010) desenvolvida pela ABEPSS que norteia a realização do estágio em Serviço Social,

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

No primeiro ano da pandemia, o estágio foi suspenso. Mas, após um ano fez-se necessário para o processo de formação discente o retorno do estágio, nesse período de excepcionalidade, a obrigatoriedade do estágio de forma remota visou não somente a integridade física, como também reiterou o posicionamento da Escola de acordo com os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. Tendo como segundo princípio, no Código de Ética Profissional, a defesa intransigente dos direitos humanos, esse posicionamento se opõe radicalmente ao que vivenciamos, especialmente na sociedade brasileira, onde o governo federal busca se eximir de suas funções e

² Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. (SCHUELER, 2021).

responsabilidades, retirando direitos já conquistados e lançando a classe trabalhadora à sua própria sorte.

O fazer na modalidade remota traz limites, não há dúvida alguma quanto a isso, mas a atuação em Serviço Social é uma constante busca da construção de caminhos e alternativas através da realidade posta para a contribuição, de maneira efetiva, na viabilização do acesso a direitos e serviços. Distante do “cenário ideal” que, na realidade brasileira nunca houve, tornou-se imprescindível construir através de articulações, uma forma de resistência ao quadro de intensificação da precarização das políticas públicas do atual governo.

Em setembro de 2021, aproximadamente, 30% da população brasileira estava imunizada (com as duas doses ou dose única) e, a população com mais de 60 anos, dando início a terceira dose da vacinação³ para reforço do sistema imunológico, contra a infecção causada pela COVID 19. Esse atraso na imunização da população brasileira se deu por vários fatores, mas, principalmente, pela falta de iniciativa e gestão do governo federal, via Ministério da Saúde, pela demora na aquisição de vacinas, mesmo com a oferta de laboratórios desde os meses de agosto/setembro de 2020 e, mesmo após a aquisição das doses, a falta de logística para a distribuição, gerando interrupções nos calendários de vacinação de vários municípios.

A partir do documento da Coordenação de Estágio "Orientações e Sugestões para a supervisão de estágio"⁴ foram normatizadas as atividades para os projetos de extensão no período remoto para que fosse possível dar prosseguimento às atividades de estágio e as (os) discentes pudessem dar continuidade no processo de formação. Segue, em sua íntegra, o documento citado:

| SUGESTÕES PARA ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE ESTÁGIO | | |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ATIVIDADES/ DOCUMENTOS | SUGESTÕES PARA ADEQUAÇÃO REMOTO | EXEMPLOS |
| Plano de Estágio | O plano de estágio deve conter todas as atividades que as (os) estudantes irão desenvolver. A partir dele, contabilizaremos as horas do estágio em formato remoto/emergencial. | Discente inserida (o) no projeto de extensão da coordenação. Proposta de estágio: Serviço Social e a Política de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Exemplos de atividades possíveis: - Levantamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Rio de Janeiro; - Levantamento das profissionais de serviço social que atuam no enfrentamento à violência contra as mulheres, na rede de atendimento do Rio de Janeiro; |

³ Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>.

⁴ Documento "Orientações e Sugestões da Coordenação de Estágio para as supervisoras de campo" (Coordenação de Estágio ESS/UNIRIO) disponível em: <http://www.unirio.br/institucional-1/unirio/cchs/ess/paginas/documentos-de-estagio/orientacoes-e-sugestoes-da-coordenacao-de-estagio-para-as-supervisoras-de-campo/view>.

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um documento com o mapeamento das instituições contendo: endereço, telefone, natureza, etc.; - Realização de uma ou duas entrevistas com assistentes sociais na rede de atendimento sobre o exercício profissional; - Sistematização das entrevistas em documento sobre os principais elementos que a(o) discente apreendeu do exercício profissional do Serviço Social no espaço de trabalho; - Realização de roda de conversa/oficina/minicurso/palestra com uma ou duas assistentes sociais sobre o exercício profissional na rede de atendimento. <p>Discente inserida (o) em espaço sócio ocupacional deve consultar o Plano de Estágio Remoto da Escola. O documento elenca as sugestões de atividades a partir de cada nível de estágio.</p> |
| Diário de campo em formato remoto | <p>A(o) discente deve sistematizar no documento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Algumas das atividades e estratégias desenvolvidas no estágio em formato remoto; - Elementos da supervisão de campo que envolvam o exercício profissional do Serviço Social. | <ul style="list-style-type: none"> - Elencar no diário de campo todas as atividades de organização, planejamento e execução das atividades extensionistas; - Elencar no diário de campo todas as atividades de organização, planejamento e execução das atividades extensionistas; - A supervisora de campo pode escolher junto com a (o) discente a partir de quais atividades do plano de estágio irá elaborar diários de campo; - No caso do exemplo citado no tópico acima, a (o) aluna (o) pode elaborar diários de campos das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> .Sistematização das entrevistas em documento sobre os principais elementos que apreenderam do exercício profissional do Serviço Social no espaço de trabalho; .Realização de roda de conversa/oficina/minicurso/palestra com uma ou duas assistentes sociais sobre o exercício profissional na rede de atendimento. |
| Uso do instrumental técnico (no caso do Estágio II) | <ul style="list-style-type: none"> - Elencar um instrumental ou uma técnica das competências e/ou atribuições privativas da (o) assistente social na política social do campo de estágio ou que se vincule à temática do projeto de extensão. | <p>A (o) estagiária (o) poderá fazer um levantamento e/ou uma análise em conjunto com a supervisão de campo, do uso da entrevista nos atendimentos individuais em uma política/instituição. Ou da visita domiciliar na política de assistência social;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A análise envolve: pesquisar sobre o instrumento/técnica na produção do Serviço Social; pesquisar junto a alguma assistente social para saber como utiliza o instrumento/técnica no seu exercício profissional; |
| Projeto de intervenção em caso de Estágio III) | <p>Sugerimos a elaboração de uma ou mais ações de intervenção junto ao campo de estágio ou projeto de extensão.</p> | <ul style="list-style-type: none"> <i>Lives</i>, reuniões, palestras sobre uma temática importante para a instituição/projeto de extensão que possibilite reflexões, análises e capacitação sobre uma das demandas do campo de estágio; - Elaboração de uma cartilha informativa sobre o serviço ofertado pelo campo de estágio. No caso dos projetos de extensão, sobre a rede de serviços da política atrelada ao projeto ou outros temas relevantes que possam oferecer informações sistematizadas à população usuária e à sociedade |
| Avaliar a política social executada pela instituição e os projetos instituídos (no caso do Estágio I) | <ul style="list-style-type: none"> - No caso de espaço sócio ocupacional: avaliar uma ação desenvolvida pelo Serviço Social; - No caso dos Projetos de Extensão: avaliação de uma ação nacional/programa/projeto da política social e/ou do tema das ações extensionistas do projeto | <ul style="list-style-type: none"> - No caso de espaço sócio ocupacional: desafios do Serviço Social nos plantões sociais em tempo de pandemia; desafios dos atendimentos individuais em tempo de pandemia; avaliação das estratégias usadas para o contato com as famílias em tempo de pandemia, que impossibilita as ações profissionais em grupo, por exemplo; - No caso dos Projetos de Extensão: Avaliação de um Programa Nacional da Política para a Infância e Juventude no Brasil; Avaliação de um Programa Nacional de Atendimento às Mulheres em situação de violência. |

Através do engajamento de docentes (que se dispuseram a coordenar projetos de extensão) e profissionais de Serviço Social que atuam em diversos espaços sócio ocupacionais, tornou-se possível a continuidade, não somente do estágio curricular obrigatório, mas a

continuidade da vida acadêmica de discentes com uma base de formação humana e crítica de acordo com os valores do Código de Ética da profissão.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (1998), apresentado pelo FORPROEX⁵, um dos pontos que definem as ações da extensão universitária é “o estágio curricular como viabilizador da extensão, enquanto essa promove a prática profissional, a consciência social e o compromisso político, proporcionando a formação de um profissional cidadão”.

O Projeto de Extensão: Luz, Câmera, Ação: A presença das relações de gênero e do racismo no cinema em tempos de pandemia

Este projeto de extensão foi desenvolvido e é supervisionado pela Assistente Social e Professora Dra. Vanessa Bezerra de Souza desde que foi aprovado, no ano de 2014, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO.

A importância da Extensão Universitária (EU) para a (re)produção das relações sociais na direção da produção de conhecimento fortalece as dimensões da formação profissional no ensino superior, evidenciando o papel social da universidade. A Extensão Universitária, como processo interdisciplinar e potencialmente transformador, pode contribuir para a construção de um outro modelo de sociedade, pautado na justiça social e na contribuição para a emancipação dos sujeitos sociais, organizados ou não. (SOUZA, 2014, p. 1).

De acordo com Bezerra de Souza (2014), o projeto de extensão foi elaborado de maneira a democratizar reflexões a respeito das relações desiguais de gênero e de raça, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tendo por base o método materialista, o mais adequado para apreender o gênero, por desenvolver um movimento que, utilizando-se da totalidade e da história, desfeticiza e desnaturaliza os fenômenos sociais.

A compreensão das relações de gênero enquanto um fenômeno histórico e social, e não natural, é fundamental para que possamos acreditar na possibilidade de sua transformação, inclusive através da luta pela elaboração e implementação de políticas públicas com enfoque de gênero.

Temos ainda que, considerando a formação social e histórica do Brasil, sobretudo a partir da utilização do trabalho escravo e da exploração de suas riquezas em sua fase de colonização, é inegável a presença de práticas racistas, presentes até os dias atuais. (SOUZA, 2014, p. 3).

Sendo assim, Bezerra de Souza (2014) expõe que, desde a origem do projeto, em seu plano de trabalho inicial, já estava previsto a utilização de tecnologias de informação e

⁵ FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) - entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

comunicação e de redes sociais, como formas de dar maior visibilidade e alcance “ao Projeto, aos eventos, bem como de suscitar a criação de uma rede de articulação em torno das pautas das relações de gênero, raça e classe na sociedade brasileira” (SOUZA, 2014, p. 23).

De forma oportuna, é necessário salientar que, em relação ao instrumental técnico-operativo, o projeto de extensão, por ser subordinado à Universidade enquanto órgão público, não dispõe de recursos suficientes para exercer suas atividades, encontrando dificuldades como não ter um espaço físico na Universidade mesmo antes da pandemia.

Por fim, tendo em vista que as atividades a serem realizadas pelo projeto são construídas de modo coletivo por seus integrantes (voluntárias (os), bolsistas e estagiárias (os)), as (os) estagiárias (os) também são responsáveis pelo planejamento e execução das atividades, além de terem que apresentar a bibliografia indicada pela coordenadora do projeto (e supervisora de campo, no caso das (os) estagiárias (os)), participando das discussões e debates.

Com a chegada da pandemia no ano de 2020 e com as atividades de estágio suspensas, o projeto de extensão não parou. Através de reuniões *online* na plataforma *Google Meet* e a criação de um grupo no *WhatsApp*, a coordenadora juntamente com as (os) integrantes do projeto conseguiram elaborar diversas atividades de forma remota, como:

- A elaboração do artigo intitulado "Escravidão, quilombo e resistência", para a revista *Intermedius*. A revista é vinculada à Diretoria de Extensão, Assuntos Comunitários, Estudantis e Culturais do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES e tem como objetivos "a difusão de práticas e reflexões extensionistas na comunidade nas mais diversas áreas do conhecimento, estimulando o fortalecimento da aplicação do conhecimento científico nas organizações sociais". O artigo, além de descrever a experiência da visita e da produção do documentário, também contextualiza a história brasileira, a escravização da força-de-trabalho negra, suas formas de resistência a esse sistema cruel e opressor e mostra as consequências de 300 anos de escravização no Brasil. O documentário desenvolvido pelo projeto une a história de resistência do passado do povo preto à nova resistência, só que agora em uma seara que vai desde a preservação da memória e tradições a um exemplo prático e viável de sustentabilidade;
- Participação de componentes do Projeto como palestrantes para a exposição de eventos realizados pelo projeto, através de *live* no canal do *YouTube* do Movimento Força Brasil Democrático (FBD), representado pelas mediadoras Jacqueline Vallejo (Bacharel em Serviço Social pela UNIRIO, marxista, feminista e filiada ao PT) e Larissa Nogueira (Psicanalista, militante de esquerda, antirracista e feminista);

- Promoveu, como atividade em comemoração ao Dia da Consciência Negra, o primeiro módulo do curso Novembro Negro: Práticas Antirracistas em Saúde, de forma remota, através de *lives* no canal do *YouTube* da Escola de Serviço Social da Unirio, com reexibição no ano de 2021, pelo canal do *YouTube* Serviço Social na Pandemia, coordenado pelo Assistente Social e Professor Dr. Renato Veloso da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Cursos Práticas Antirracistas em Saúde - Módulos 1 e 2

De acordo com pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil em 2018, a cor da pele influencia diretamente na qualidade de vida do brasileiro. Os dados revelam o aumento do índice de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor preta e parda e não somente isso, como também os dados revelam a maior probabilidade de pessoas de cor preta e parda serem assassinadas no país. Alguns dados⁶ para nossa reflexão:

- Mercado de trabalho (Cargos Gerenciais - 2018):
 - 68,6% ocupados por brancos
 - 29,9% ocupados por pretos ou pardos
- Educação (Taxa de analfabetismo - 2018):
 - 3,9% pessoas brancas
 - 9,1% pessoas pretas ou pardas
- Violência (Taxa de homicídio por 100 mil jovens – 2017):
 - 34,0 pessoas brancas
 - 98,5 pessoas pretas ou pardas

Nessa pesquisa realizada pelo IBGE, todos os indicadores analisados, mercado de trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, violência, educação e representação política, revelam as desigualdades com relação a população de cor ou raça preta, parda e branca⁷. Quando a cor da pele determina as condições de vida e até mesmo o direito à vida, precisamos falar sobre o racismo que estrutura a sociedade brasileira.

A gênese da desigualdade brasileira tem início no processo de colonização e na abolição da escravatura, em 1888, após, aproximadamente, 4 milhões de negros terem sido traficados da África para terras brasileiras. O Brasil foi um dos últimos países do ocidente a libertar os

⁶ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2018).

⁷ População de cor ou raça preta, parda e branca é a nomenclatura utilizada pelo IBGE em sua pesquisa.

escravos. Além de tardia, essa libertação não veio com nenhuma ação que pudesse beneficiá-los, já que os negros não eram considerados cidadãos. Os mesmos foram jogados das propriedades rurais sem nenhum tipo de apoio.

Os grandes proprietários rurais importaram mão de obra da Europa, para a implantação de uma dinâmica capitalista – materializada nos negócios ligados à exportação de café, como casas bancárias, estradas de ferro, bolsa de valores, etc. – que vai se irradiando pela base produtiva. Isso faz com que parte da oligarquia agrária se transforme numa florescente burguesia, estabelecendo novas relações sociais e mudando desde as características do mercado de trabalho até o funcionamento do Estado.

Para essa economia, o negro cativo era uma peça obsoleta. Além de seu preço ter aumentado após o fim do tráfico, em 1850, o trabalho forçado mostrava-se mais caro que o assalariado. O escritor Caio Prado Júnior (1907-1990), em seu livro *História Econômica do Brasil*, joga luz sobre a questão,

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobretrabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão. (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 143).

A Abolição não era apenas uma demanda por maior justiça social, mas uma necessidade premente da inserção do Brasil na economia mundial, que já abandonara em favor do trabalho assalariado, mais barato e eficiente. As consequências são visíveis até hoje através dos indicadores sociais. Seja na saúde, emprego, níveis salariais, dados sobre violência ou condições de vida, negros e pardos ocupam, sempre, as piores posições, de acordo com a pesquisa que vamos expor a partir de agora, o que indica a situação de vulnerabilidade dessa parte da população.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas.

Assim, no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões.

Entretanto, de acordo com a pesquisa, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial,

as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria.

Ainda de acordo com a pesquisa, em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas (R \$2.796,00) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R \$1.608,00). As razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes.

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 (IBGE) verificou que no Município do Rio de Janeiro, 30,5% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, ao passo que o percentual registrado entre as pessoas brancas foi 14,3%.

O mesmo Censo Demográfico ainda mostra que, os indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças.

Ainda de acordo com o mesmo Censo, a taxa de homicídio é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência, em sua forma mais extrema, nos países, suas regiões e grupos populacionais. No Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca.

As altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica.

A violência constitui, portanto, outra dimensão em que a desigualdade se manifesta de forma grave, com efeitos de curto e longo prazos sobre os indivíduos e a sociedade em que estão inseridos. O cenário demanda políticas públicas direcionadas à redução da violência em geral, mas com um enfoque específico na população preta ou parda, especialmente os jovens.

Os programas sociais do governo brasileiro não são voltados especificamente para a população de pretos e pardos, mas, cada vez que se analisam os resultados desses programas o que se verifica é que os beneficiários são, majoritariamente, essa parcela da população. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, no ano de 2014, das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 73% eram de pretos e pardos e 68% delas eram chefiadas por mulheres negras. Do conjunto de 22 milhões de pessoas que, com os programas sociais, conseguiram sair da faixa da pobreza, 78% são pretas e pardas.

A pesquisa é parte da natureza do Serviço Social, o exercício profissional implica em uma permanente busca de conhecimentos sobre a realidade social que tem como objetivo subsidiar a atuação profissional. Compreender a realidade como totalidade das relações sociais, a partir de um movimento que incorpora o universal, o singular e o particular, é um desafio necessário ao conhecimento que se propõe a desvendar a realidade, visando não cair em análises que fragmentam e segmentam a realidade.

Com base nessa realidade, o projeto promoveu como atividade em comemoração do Dia da Consciência Negra o Curso Novembro Negro: Práticas Antirracistas em Saúde - Módulo 1. Esse curso surge como atividade do projeto referente ao primeiro período de 2020 que, por conta da pandemia, foi realizado no formato remoto, através de *lives* (transmissões ao vivo) no canal do *YouTube* da ESS - UNIRIO. Além do primeiro módulo, houve também um planejamento para a continuidade do curso, através de um segundo módulo, para o período seguinte.

As *lives* contaram com a presença de quatro assistentes sociais e professoras como palestrantes e três integrantes do projeto na mediação. Foi disponibilizado ao público em geral e de forma gratuita, material de apoio como indicações de filmes/documentários e textos para que o assunto fosse ainda mais difundido, não sendo restrito apenas a profissionais da área da saúde e a comunidade acadêmica.

As transmissões ao vivo e as reexibições se deram na seguinte ordem:

- *Live 1* - Racismo Institucional na Saúde e o Racismo Estrutural;
- *Live 2* - Saúde da População Negra e Políticas Públicas;
- *Live 3* - Racismo, Saúde e Serviço Social;
- *Live 4* - Saúde Mental da População Negra.

Dessa forma, totalizando 1.003 visualizações, uma quantidade de público difícil de ser alcançada caso o curso fosse realizado de forma presencial no espaço universitário da UNIRIO, pois seria necessária uma combinação de vários fatores como disponibilidade de datas das palestrantes, disponibilidade para o uso dos auditórios da Universidade, até mesmo o bairro da Urca onde se localiza a ESS UNIRIO, não é de fácil acesso.

Ainda no formato remoto em consequência da pandemia, dando continuidade às atividades do projeto, foi realizado o Curso Práticas Antirracistas em Saúde - Módulo 2, com um formato diferente do primeiro módulo, neste contamos com a presença de cinco profissionais mulheres negras e quatro integrantes do projeto na mediação, abordando o racismo em algumas áreas da saúde, mas, assim como no primeiro módulo, também foi disponibilizado ao público, de forma gratuita, material de apoio como indicações de filmes/documentários e textos para que o assunto fosse ainda mais difundido.

Neste módulo, as transmissões foram realizadas, ao vivo, pelo canal do *YouTube* do Serviço Social na Pandemia, entre os meses de abril e junho de 2021, totalizando 1.515 visualizações e foram apresentadas da seguinte forma:

- *Live 1* - Racismo em Enfermagem;
- *Live 2* - Violência Obstétrica em Mulheres Negra;
- *Live 3* - Racismo em Medicina;
- *Live 4* - Aborto em Mulheres Negras;
- *Live 5* - Quesito Raça/Cor, Racismo e Iniquidades em Saúde.

Por fim, o formato remoto para o projeto de extensão foi desafiador, mas através das redes sociais que foram criadas para o projeto (*Facebook* e *Instagram*), a construção dos Cursos, exibição no *YouTube* e a participação de componentes do projeto como palestrantes em outros canais, foi de fundamental importância para a ampliação do alcance, tanto para o conhecimento do projeto quanto para a divulgação de material qualificado pautados nos assuntos que o projeto tem por base, as formas de discriminação seja por gênero, raça/cor, classe social, opção religiosa ou sexual, entre outras tantas formas.

Pensar em divulgação de conteúdo com qualidade, baseado em dados científicos, através de estudos e análises nos dias atuais onde tem imperado as chamadas *fake news* (termo em inglês que significa notícia falsa) pode ser visto também como um ato de resistência e

afirmação pela liberdade, pela democracia e por uma sociedade com mais justiça social, onde não seja necessário o aumento exponencial da miséria para que haja alguns poucos privilegiados que se beneficiem da riqueza socialmente produzida pela maioria.

Conforme proposto no Plano Nacional de Extensão Universitária, o papel da extensão universitária necessita de uma maior exposição para o conhecimento, tanto no espaço universitário quanto na sociedade, da sua função e das suas possibilidades de atuação. Atuação esta que tende a produzir resultados que trarão benefícios para a sociedade de forma geral, como a formação cidadã dos estudantes, constituída pela vivência dos seus conhecimentos, de forma interprofissional e interdisciplinar e não somente uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Dessa forma, o momento atual do processo de curricularização em andamento, serve não somente como momento para dar maior visibilidade a extensão universitária, como também de discussão das formas e possibilidades de atuação já que, como afirmado pela Professora Silene de Moraes Freire (2011), a extensão também corre o risco de ser utilizada como forma de arrecadação de recursos financeiros, “com uma visão de mercado” e com isso, “ações universitárias despreocupadas”, totalmente fora do seu contexto original.

Sendo assim, com o processo de curricularização da extensão universitária ainda em aberto e tendo sua data limite de implementação nas Universidades Públicas, determinada pelo MEC, para dezembro de 2022, será necessário a continuidade do acompanhamento para que haja uma análise mais aprofundada sobre o tema, expondo todos os aspectos após a finalização deste processo, para uma maior compreensão sobre os resultados e impactos de sua implementação nos currículos de graduação.

Por fim, no ‘Prefácio à edição Chilena’, de 1968, do livro *Extensão ou Comunicação*, nos ensina que:

Paulo Freire nos diz com toda a razão que “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção”. [...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende. Jacques Chonchol, Santiago do Chile, abril de 1968. (FREIRE, 2013, recurso digital).

Dessa forma, este trabalho busca evidenciar a singularidade do papel da extensão universitária que, de certa forma, transforma os saberes do ensino e da pesquisa, aplicando-os de forma concreta nas ações extensionistas, para que haja a participação da parcela mais vulnerável da nossa sociedade através dos projetos e assim ela também se torne parte dessa construção e seja, no final de todo esse processo, a maior beneficiária dele, cumprindo-se assim a totalidade do papel do ensino superior público do Brasil.

A curricularização da extensão universitária é um grande desafio, em vários aspectos, mas que deve ser assumido pelo coletivo da universidade pública, docentes, discentes e técnicos-administrativos, como forma de integrá-los à sociedade, rompendo com a lógica elitista e de isolamento dos muros da universidade que há, desde sua origem, no ensino público superior. Uma prática extensionista sendo assumida de forma colaborativa, com troca de saberes internos e externos, colocando em prática a responsabilidade social e a democratização do conhecimento acadêmico, conjuntamente com o rompimento da exclusividade desse conhecimento.

Referências

- ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. *Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da invisibilidade à curricularização*. In: X Congresso Ibero Americano de Docência Universitária - CIDU, 10. Porto Alegre, 2018.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). São Paulo: Cortez, 2012. 262p.
- BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. *A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior*. Araraquara: RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 13. n. 3. jul./set. 2018. p. 916-930.
- COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO. Orientações e Sugestões da Coordenação de Estágio para as supervisoras de campo. Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/coord.estagio>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- DE MEDEIROS, Márcia Maria. *A Extensão Universitária no Brasil – Um percurso histórico*. Dourados: Revista Barbaquá/UEMS. v. 01. n. 01. p. 09-16. jan./jun. 2017.
- DE MORAES FREIRE, Silene. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. Revista Conexão UEPG, vol. 7, n. 1, jan./jun., 2011, p. 8-15.
- Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FORPOREX. Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. Natal. 1998. Edição Atualizada. 15p.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. [Recurso eletrônico]. Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013. Recurso digital.

G1. Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. São Paulo. 2020 - 2021. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. “Curricularização” da extensão universitária no Brasil – questões estruturais e conjunturais de uma política pública. IFSC. 2016. Disponível em: <http://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução 7/2008: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*. Brasília (DF). 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jan. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

SCHUELER, Paulo. *O que é uma pandemia*. Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, Bio-Manguinhos/Fiocruz. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. *Projeto de Extensão LUZ, CÂMERA, AÇÃO: a presença das relações de gênero e do racismo no cinema*. Rio de Janeiro. 2014. 30p.